

numa das secções do capítulo as verdadeiras consequências da revolução portuguesa de 1974-1975<sup>3</sup>, o engano das aparências e das primeiras impressões e as raízes profundas daquilo que adequadamente designa por uma forte «barreira misógina» (p. 163). É certo que Portugal mudou o seu lugar no mundo e talvez na Europa, mas a profundidade e a amplitude da mudança num pequeno, e ainda relativamente pobre, país são discutíveis. Este argumento e o facto de que a história (ou, pelo menos, a boa história) é um debate sem fim são aquilo que contribui para tornar o estudo de Portugal e do seu povo um contínuo desafio. Dito isto, a obra *Modern Portugal*, de Costa Pinto, merece todos os elogios como obra que continuará a destacar-se do conjunto relativamente pequeno de estudos gerais recentes sobre o Portugal contemporâneo publicados em língua inglesa.

DOUGLAS L. WHEELER

---

<sup>3</sup> Ainda em circulação, se bem que raramente citada por investigadores portugueses e dos países anglófonos, temos a obra editada pela Conferência Internacional de 1979 sobre a revolução de 1974-1975 e suas consequências, patrocinada pela International Conference Group on Portugal: Lawrence Graham e Douglas Wheeler (eds.), *In Search of Modern Portugal: The Revolution and Its Consequences*, 1983, Madison, WI, University of Wisconsin Press. Embora não aborde temas culturais, esta obra inclui estatísticas (apenas até 1982) e informação pormenorizada sobre a política e a psicologia da euforia da revolução, elementos de carácter emocional que estão ausentes da maior parte das páginas de *Modern Portugal*.

*Cristiana Bastos*, **Global Responses to AIDS. Science in Emergency**, Indiana University Press, 1999.

Desde a identificação da doença, as respostas trazidas à epidemia da SIDA foram marcadas, por um lado, por complexas articulações entre os discursos dos universos científicos e, por outro, a crítica cerrada, a contestação, a negociação, às quais numerosos grupos sociais os submetem. À longa incapacidade da ciência em adoptar uma posição unívoca correspondeu a pluralidade das reacções suscitadas por um fenómeno com vários aspectos que durante muito tempo pareceram demasiado novos. Ao longo de uma quinzena de anos desenvolveu-se, assim, um raro encontro entre as perspectivas médica e social, fazendo esta doença dissolver a dupla dicotomia existente entre, por um lado, problemas de saúde que passam por ser estritamente «médicos» (por exemplo, o cancro) e aqueles apreendidos como «sociais» (a tuberculose) e, por outro lado, os associados aos países ricos e aos países em vias de desenvolvimento (sobretudo as doenças infecciosas). Hoje o consenso médico e social lentamente estabelecido em torno da triterapia permitiu de algum modo «normalizar» a SIDA, ao mesmo tempo que a fez ingressar no modelo de uma patologia tratável no mundo desenvolvido e mortal no Terceiro Mundo. Esta conjuntura, apresentada de maneira notavelmente informada e sintética no início do livro de Cristiana Bastos, traduziu-se então

num duplo movimento de homogeneização geográfico-médica e de heterogeneização (em termos de classes, géneros, origens nacionais, orientações sexuais, etc.).

A maior parte da produção antropológica sobre a SIDA surge igualmente fragmentada. Em geral ancorada em experiências estreitamente contextualizadas e pontos de vista muito localizados, parece destituída da habitual qualidade de síntese da disciplina. C. Bastos optou, ao invés, por confrontar uma larga variedade de práticas e de discursos suscitados pela doença. A autora apresenta as intersecções que se produzem entre a investigação médica, as acções dos movimentos associativos de base, os programas das grandes organizações não governamentais ou das agências internacionais, a vida quotidiana numa secção de hospital, usando uma multiplicidade de registos etnográficos e de métodos de observação. Se recorre, portanto, a diversas escalas de pesquisa, articula em permanência na sua abordagem as assimetrias do sistema-mundo, as quais adopta como eixo de análise dos processos sociais de produção dos saberes médicos. Em Nova Iorque ou no Rio de Janeiro, quais são os termos das negociações sociais entretecidas em torno da SIDA? De que modo, ao invés do que sucede geralmente noutros casos, os «pacientes» podem, por vezes, tornar-se «impacientes», dispondo de uma voz, de saberes, da capacidade de agir colectivamente (p. 81)? E, quando tal se produz, como se produziu a certa altura nos Estados Unidos, as formas do saber

médico podem, por vezes, deslocar-se, não dos investigadores especializados para a esfera clínica e daí para a sociedade, mas em sentido contrário, segundo uma espécie de vulgarização inversa (p. 55). Encontra-se uma ilustração deste facto na convincente hipótese (capítulo 6) segundo a qual as metáforas bélicas permanecem dominantes no discurso imunológico menos em razão do imobilismo da investigação científica do que da resistência da sociedade face à emergência de novos modelos interpretativos (tais como as redes cognitivas ou os sistemas flexíveis) menos visivelmente inspirados nas situações agonísticas que continuam a definir o quadro das relações internacionais. A questão do «public understanding of science», em geral entendido como uma degradação de um discurso *expert*, encontra-se aqui invertida. São talvez estes os mais importantes avanços — e são de monta — que esta obra proporciona aos estudos sociais das ciências: ousar questionar certas afirmações dos *laboratory studies* dos últimos vinte anos, demasiadas vezes proclamadas com o vigor assertivo de uma nova ortodoxia, e alargar as escalas de observação que um viés etnometodológico limitou muito tempo aos microuniversos sócio-culturais dos investigadores. O saber científico não se resume sempre, com efeito, ao que é produzido no segredo dos laboratórios e depois imposto por pressões económicas ou reconhecido através de processos de estabelecimento de autoridade. No caso da SIDA, «the social basis for the negotiation of consensus

was expanded to the community of people whose motivation was their own survival», um exemplo que permite abordar o problema das condições sociais de uma «revolução científica», sobre o qual Kuhn permanece silencioso (p. 148).

O Brasil foi escolhido como outro pólo deste estudo por apresentar uma situação em muitos aspectos periférica e, ao mesmo tempo, ter suficientes bolsas de desenvolvimento para permitir a sua participação na produção do saber científico. Ora, nesse país, os médicos especializados em doenças infecto-contagiosas e parasitárias, as quais estavam habituados a *poder* tratar, viram-se de súbito desmunidos perante pacientes na força da idade, frequentemente com a mesma origem social que eles próprios e que iriam passar por um inevitável declínio físico (p. 117). Combinada com uma perícia, que fazia falta aos investigadores do «Norte», em matéria da tomada em conta da influência dos factores sociais na biomedicina, esta perturbação do quadro cognitivo da sua prática teria podido contribuir para um *global unleashing* dos processos de produção do saber. Mas a hegemonia globalizante da investigação médica em biologia molecular, definida nas regiões centrais da tecnociência pesada e armada de eficazes meios de controle das posições de autoridade, acabou por obstar ao estabelecimento de uma circulação mais recíproca do saber e à exploração de pistas terapêuticas alternativas. Não é aqui que se produzirá uma revolução kuhniana

na da medicina: a criatividade dos médicos brasileiros, apoiada na experiência das velhas doenças infecciosas e estimulada pelos novos problemas ligados à SIDA, pode servir para desenvolver soluções para os problemas clínicos locais, mas raramente é «traduzida num saber que possa afectar a ciência dominante» (p. 151).

Adoptando, portanto, um ponto de vista global, esta pesquisa assenta num trabalho de campo que se apresenta transnacional, disperso, «multissituado». O emprego deste termo é aqui justificado e faz mais do que apenas responder à vaga da mais recente dessas preguiçosas *buzzwords* que parecem deliciar a antropologia contemporânea. Mas, desde os *meetings* novaiorquinos da ACT UP aos quartos de um hospital brasileiro, entre uma conferência na Europa e um laboratório de medicina tropical no Rio, os contextos não são todos abordados da mesma maneira: os terrenos norte-americanos foram mais objecto da atenção flutuante de uma testemunha próxima do que de uma inquirição etnográfica organizada (p. XIII). E as partes do texto que lhes são directamente dedicadas, designadamente nos dois primeiros capítulos (bem como o terceiro, consagrado à acção da Organização Mundial de Saúde), adquirem uma tonalidade histórica que as distingue das passagens que narram uma mais tradicional experiência etnográfica brasileira. Como nos estudos que há duas décadas tentaram definir o que seria uma «história imediata», encontramos aqui uma impossibilidade de conhecer o desfecho de

fenómenos em pleno desenvolvimento, uma irresolução entre o acontecimento e a duração, uma indecisão entre o individual e o colectivo. Segundo os seus próprios pressupostos metodológicos, o leitor poderá criticar uma vizinhança indefinida entre história, jornalismo e etnografia, ou apreciar pelo contrário a inscrição, na estrutura e no registo textual da obra, da impossibilidade de qualquer narração homogénea e linear das inúmeras respostas colectivas suscitadas pelo «objecto» global SIDA e pela sua história acelerada de uma quinzena de anos de hipóteses, de «descobertas» contraditórias e da sua contestação. E a obra inteira justifica este tratamento diferenciado de dois contextos cujas divergências não se limitam a «contrastes culturais», que um comparativismo ordinário bastaria para iluminar, mas são, ao contrário, informadas por assimetrias globais: as respostas brasileiras à SIDA foram todas determinadas em relação a outras respostas forjadas antes nos Estados Unidos ou por instituições internacionais.

Um dos méritos desta obra, que a distingue no panorama de uma disciplina hoje demasiadas vezes limitada a uma microdescrição timorata mesmo quando proclama uma perspectiva globalizante, é então o de não negligenciar a análise da *big picture* dos processos estudados. Se a conclusão destes nos escapa, os destinos individuais que afectam são, ao invés, demasiado familiares: no pior, uma lenta agonia, no melhor, uma «sobrevivência» na expectativa. É nas páginas que resultam da investigação

no Brasil e que afloram estas histórias de vidas e de mortes que surge mais palpável o esforço de distanciação levado a cabo por uma autora que confia ter-se empregado, pela formalização do seu texto, em «desincorporar» (*disembody*) a experiência do terreno (p. xvii). O estilo de C. Bastos é louvavelmente económico e de uma precisão frequentemente cirúrgica que resulta num livro breve (umas 150 páginas de texto) e muito eficaz, o que é tanto mais notável e agradável para quem está pouco familiarizado com o campo dos estudos sociais das ciências, não raro inclinado para uma produção tagarela e repleta de jargão.

Em contrapartida, esta concisão implica um recurso a notas, cuja superabundância implica a sua colocação no fim do texto, o que torna em certos momentos francamente incómoda uma leitura atenta: as pp. 13, 14 e 15 incluem não menos de 42 notas, tão longas como a passagem que completam. Quanto às 21 notas das pp. 9 a 13, resumem-se, ao invés, a uma cascata de referências bibliográficas (p. 157) sem comentários nem indicação de páginas pertinentes. Neste âmbito, há que relevar a amplitude desproporcionada de uma bibliografia (30 páginas) com a qual raramente é entabulado um verdadeiro diálogo crítico.

Assim, C. Bastos mostra suficientemente que domina bem o seu campo e que o seu pensamento é original e sólido para que esperemos mais, por exemplo, do que uma rápida apresentação dos estudos sociais das ciências, dando uma imagem simplificada de

um campo muito heterogéneo e terminando por considerações demasiado ligeiras sobre o relativismo: sugerir que a polémica se encontra mais ou menos encerrada, à excepção do caso de raros investigadores «que equacionam ciência e realismo inquestionável» (p. 15), releva um pouco do *wishful thinking*. Tendo, sem dúvida, o seu lugar num artigo (o primeiro capítulo é uma versão remanejada de um texto publicado na *Análise Social* em 1997: «A pesquisa médica, a SIDA e as clivagens da ordem mundial: uma proposta de antropologia da ciência»), estas páginas pecam aqui seja por excesso, seja por defeito. Elas convocam, com efeito, desenvolvimentos teóricos a propósito de certas premissas das correntes dominantes deste domínio de pesquisa. Será apenas porque concitou um consenso social forte que a triterapia conseguiu impor-se ou, pelo menos em parte, porque é mais eficaz? Por outras palavras, poder-se-á avaliar o saber científico somente segundo os termos da sua construção social? E, se é, sem dúvida alguma, indispensável examinar a produção da «ciência em urgência», para retomar o título da obra, ter-se-á sempre de estudar apenas a ciência em acção no momento da sua produção (como sugerem, designadamente, Latour e Callon) e negligenciar a ciência depois da sua produção e tal como ela é vivida pelos actores sociais? Por que é que as questões de representação, difusão e vulgarização permaneceram até aqui pontos cegos

de uma grande parte da «nova antropologia das ciências»?

Por outro lado, reconhece-se no abundante *name dropping* bibliográfico de uso sobretudo alusivo um traço frequente da escrita antropológica americana actual (este livro deriva de uma tese preparada na City University of New York). Um outro é a insistência automática e obrigatória — seja qual for a sua pertinência real relativamente ao contexto e ao objecto abordado — na dimensão dialógica da etnografia. Num outro texto (v., por exemplo, um artigo de C. Bastos, com uma estratégia textual muito diferente da deste livro: «Cravado na pele, o hospital», in M. Vale de Almeida (ed.), *Corpo Presente*, 1996, Celta) esta dimensão pode ser essencial à abordagem escolhida. Mas aqui são assaz raras as passagens que dão ao leitor a sensação de que os investigadores brasileiros em biomedicina são seus parceiros e interlocutores bem mais do que o tradicional «sujeito/objecto» da análise, como o anunciam algumas linhas (p. 22): é antes por outras vias que esta obra resulta conseguida.

Uma abordagem inovadora das relações entre modelos culturais e produção científica; o projecto, bem sucedido, de decifrar a marca dos grandes desequilíbrios da ordem económico-política mundial tanto na definição das políticas de saúde como na existência quotidiana dos doentes, dos investigadores, dos activistas sociais; a afirmação da validade metodológica das pesquisas multi-situadas, mau grado as dificuldades

que lhes são próprias, para a apreensão das grandes correntes que organizam este mundo; uma confiança ao mesmo tempo determinada e crítica numa abordagem etnográfica atenta e incisiva quer face às estruturas, quer aos detalhes: *Global Responses to AIDS* deve tornar-se uma referência no campo internacional dos estudos sociais das ciências.

Considerado do ponto de vista da «antropologia portuguesa», este livro adquire um alcance suplementar. Numa espécie de duplicação irónica de uma característica do seu objecto, vem inserir-se num universo científico cujo essencial da história pode ser interpretado como a gestão de uma situação periférica em termos de leituras e de refrações de correntes de pensamento definidas noutros contextos. C. Bastos não é certamente a primeira antropóloga portuguesa a publicar numa língua estrangeira. Mas o seu trabalho surge num momento-charneira onde se desenham neste país nítidas linhas de evolução da disciplina que ele contribui para afirmar e amplificar: dialoga com abordagens metodológicas e teóricas detentoras de posições de força e interpreta-as sem complexos; alarga os terrenos para lá do repertório, até aqui bastante maioritário, constituído pelo território nacional e antigas colónias (não é nesta qualidade que o Brasil é abordado aqui). Só o futuro o confirmará, mas, juntamente com outras publicações (nomeadamente *Um Islão Prático*, de Maria Cardeira da Silva, 1999, Celta), este livro poderia marcar o momento a partir do qual não é definitivamente mais pos-

sível falar de antropologia portuguesa apenas como uma antropologia feita «sobre» ou «em» Portugal. Releve-se, enfim, que, no caso em que se preveja uma desejável edição portuguesa, conviria que ela ostentasse explicitamente a sua filiação disciplinar a partir até do próprio título. Com efeito, logo que uma investigação incide em objectos associados, bem ou mal, à contemporaneidade mais viva ou a «problemas sociais», o discurso público — designadamente jornalístico, mas também de representantes de disciplinas vizinhas — revela com frequência a tendência para a associar indiferentemente à sociologia em razão do estatuto ainda subalterno da antropologia e da persistência indevida da imagem passadista dos seus objectos. Mostrando C. Bastos bastante apego à tradição disciplinar da abordagem etnográfica, cujas capacidades heurísticas e flexibilidade ela ilustra, seria de deplorar que o seu trabalho conhecesse a mesma sorte.

JEAN-YVES DURAND

*Bernard Lepetit, Carnet de croquis. Sur la connaissance historique*, Paris, Albin Michel, 1999, 316 páginas.

Uma obra que foi concebida e intitulada pelo seu autor como um *croquis* — um esboço, por definição inacabado e provisório — tornou-se